

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1003/XIV/2ª

RECOMENDA AO MINISTÉRIO DO AMBIENTE QUE RESPONDA ÀS PERGUNTAS DOS DEPUTADOS FACE AO INCUMPRIMENTO SISTEMÁTICO DESTES DEVERES

Exposição de Motivos

O Ministério do Ambiente e Ação Climática, durante a primeira sessão legislativa, foi o pior ministério do governo na resposta às perguntas submetidas pelos deputados, incumprindo sistematicamente os seus deveres democráticos previstos na lei.

Os dados estão compilados no Relatório de progresso referente à 1.ª Sessão Legislativa da XIV Legislatura dedicado à “Avaliação dos deveres constitucionais e regimentais em matéria de perguntas e requerimentos dos Deputados”, de janeiro de 2021. Calculando a % de perguntas não respondidas temos o seguinte ranking do incumprimento:

Ministério / Secretaria de Estado	Perguntas enviadas	Perguntas respondidas	Perguntas não respondidas	% Perguntas não respondidas
Ministro do Ambiente e Ação Climática	578	238	340	58,8
Ministro das Infraestruturas e Habitação	294	123	171	58,2
Ministra do Trabalho Solidariedade e Segurança Social	541	228	313	57,9
Primeiro-Ministro	25	12	13	52,0
Ministra da Saúde	606	309	297	49,0
Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior	166	86	80	48,2
Ministro de Estado e das Finanças	106	68	38	35,8
Ministra da Cultura	146	95	51	34,9
Ministra de Estado e da Presidência	30	24	6	20,0
Ministro da Educação	1207	983	224	18,6
Ministro de Estado da Economia e da Transição Digital	107	88	19	17,8
Ministra da Coesão Territorial	17	14	3	17,6
Ministro da Administração Interna	186	160	26	14,0
Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública	54	48	6	11,1
Ministra da Agricultura	174	156	18	10,3
Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros	103	94	9	8,7
Ministro da Defesa Nacional	62	57	5	8,1
Ministro do Mar	52	48	4	7,7
Ministra da Justiça	85	80	5	5,9

Nos termos do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, os **Deputados podem fazer perguntas e apresentar requerimentos ao Governo e à Administração Pública** que, por sua vez, de acordo com o artigo 229.º, estão **obrigados a responder no prazo de 30 dias**. Há uma ressalva no mesmo artigo que refere que *“sempre que o Governo ou a Administração Pública não possam responder no prazo fixado, devem comunicar este facto por escrito ao Presidente da Assembleia da República, apresentando a respetiva fundamentação também por escrito”*. Contudo, nem esta justificação é normalmente apresentada.

O Ministério do Ambiente deixou por responder 340 perguntas de deputados (em 578) ou seja, não respondeu a 59% do total de perguntas que lhe foram dirigidas. Esta é uma performance inaceitável, que reflete a forma tantas vezes criticada de como são exercidas as funções governativas pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática. A reiterada ausência de respostas penaliza o escrutínio democrático à atividade governativa e desrespeita a Assembleia da República.

Acresce que, também nas audições parlamentares, se tornou frequente os deputados ficarem sem resposta ou serem surpreendidos com comentários desapropriados ou pouco construtivos face às responsabilidades governativas que este ministério detém.

Estes factos são especialmente relevantes se tivermos em conta que na esfera deste ministério que se situam grandes responsabilidades em matéria de participação pública, cidadania ativa e educação ambiental.

Ainda em matéria de responsabilidade ambiental e de prestação de contas aos cidadãos **importa considerar outra lacuna relevante no momento atual de crise pandémica**. Semanalmente tem sido publicado o *“Relatório sobre a aplicação da declaração do estado de emergência”* no âmbito da *“Estratégia de aplicação das medidas de combate à pandemia da doença COVID-19”*, da responsabilidade da *“Estrutura de Monitorização do Estado de Emergência”*. Este relatório abrange todas as áreas de atuação, inclusivamente ao nível do ambiente, energia e ordenamento do território. Pretende dar uma visão de conjunto sobre o país e é importante que todos os Ministérios e seus estruturas se empenhem ao nível do contributo informativo.

Contudo, quando se consultam os vários relatórios semanais, aquilo que se constata nesta área em concreto é quase uma **ausência de informação e uma desvalorização das responsabilidades ministeriais**. A abordagem generalista, vaga e que deixa de fora várias dimensões diretamente correlacionadas com a pandemia (por exemplo, resíduos hospitalares), não se coaduna com a relevância destas informações ou com a gravidade do contexto pandémico que atravessamos. Não se registam referências às questões relacionadas com a Energia, tendo sido conhecidos, entre outros aspetos relevantes, múltiplas ocorrências ao nível de quebras de abastecimento que deveriam ser sinalizadas e abordadas nestes relatórios. É notória a falta de compromisso e empenho no prestar de informação à Assembleia da República, algo que urge mudar com a máxima brevidade.

Assim, vem o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos da Constituição e do Regimento da Assembleia da República, recomendar ao Governo que:

1. Responda às perguntas escritas que estão em atraso e que foram dirigidas pelos deputados dos vários grupos parlamentares ao Ministério do Ambiente e Ação Climática, bem como aos serviços da Administração Pública na sua tutela.
2. Cumpra o prazo de 30 dias para responder às perguntas dos deputados, de acordo com as regras regimentares da Assembleia da República, ao abrigo da própria Constituição.
3. Reforce a qualidade da informação prestada sobre ambiente, energia e ordenamento do território que integra semanalmente o “Relatório sobre a aplicação da declaração do estado de emergência”.

Assembleia da República, 22 de fevereiro de 2021

Os Deputados

Luís Leite Ramos



GRUPO PARLAMENTAR

Bruno Coimbra

Hugo Martins de Carvalho

Paulo Leitão

Hugo Oliveira

Nuno Carvalho

João Moura

Rui Cristina

António Lima Costa

Filipa Roseta

Emídio Guerreiro

João Marques

António Maló de Abreu

António Topa

José Silvano

Pedro Pinto